

## **CULTURA DO IMPRESSO NO DIGITAL: O TEXTO LITERÁRIO EM PRÁTICAS TRADICIONAIS DE ABORDAGEM DE CONTEÚDOS LINGUÍSTICOS REVESTIDAS DE TECNOLOGIA**

*CULTURE OF DIGITAL PRINTING: LITERARY TEXT IN TRADITIONAL TECHNOLOGY-COATED LANGUAGE CONTENT APPROACH PRACTICES*

Gilvan Mateus Soares

Escola Municipal José Maria dos Mares Guia. E-mail: gilvanso@uol.com.br.

Artigo submetido em 08/09/2019, aceito em 11/11/2019 e publicado em 20/12/2019.

**Resumo:** O letramento digital tem se constituído, atualmente, foco de discussão no processo de ensino e aprendizagem. No bojo das reflexões e de “inovações” para a abordagem, em sala, da língua portuguesa, coleções didáticas referentes ao Ensino Fundamental II integraram, ao manual impresso, um DVD, disponibilizando objetos educacionais digitais (jogos, animações, infográficos) para abordar conteúdos gramaticais. Torna-se, assim, fundamental analisar como a abordagem desses conteúdos tem incorporado o uso das mídias digitais, de forma a promover o desenvolvimento de competências comunicativas, na perspectiva dos multiletramentos. Para proceder a essa análise, discute-se, brevemente, a origem e a história da constituição da tradição dos estudos gramaticais, de modo que se observa o desenvolvimento de uma cultura impressa (gramáticas, manuais didáticos, livretos, apostilas de cursinho) que favoreceu o processo de transformação de uso inicial do texto literário como exemplo da língua padrão, por meio dos grandes clássicos, para seu uso como pretexto para abordagem de tópicos da gramática normativa.

**Palavras-chave:** Texto literário; cultura digital, multiletramentos.

**Abstract:** Digital literacy has currently been a focus of discussion in the teaching and learning process. In the bulge of reflections and "innovations" for the approach, in the room, of Portuguese language, didactic collections related to Elementary School II integrated, into the printed manual, a DVD, providing digital educational objects (games, animations, infographics) to address grammatical content. It is therefore essential to analyze how the approach of these content has incorporated the use of digital media, in order to promote the development of communicative skills, from the perspective of multiliteracies. In order to carry out this analysis, the origin and history of the constitution of the tradition of grammatical studies is briefly discussed, so that we observe the development of a printed culture (grammars, textbooks, booklets, handouts of course) that favored the process of transformation of initial use of literary text as an example of the standard language, through the great classics, for its use as a pretext for the approach of normative grammar topics.

**Keywords:** Literary text; digital culture, multiliteracies.

## 1 INTRODUÇÃO

O letramento digital tem se constituído. O letramento digital tem se constituído, atualmente, foco de discussão no processo de ensino e aprendizagem. No bojo das reflexões e de “inovações” para a abordagem, em sala, da língua portuguesa, coleções didáticas referentes ao Ensino Fundamental II integraram, ao manual impresso, um DVD, disponibilizando objetos educacionais digitais (jogos, animações, infográficos) para abordar conteúdos gramaticais. Torna-se, assim, fundamental analisar como a abordagem desses conteúdos tem incorporado o uso das mídias digitais, de forma a promover o desenvolvimento de competências comunicativas, na perspectiva dos multiletramentos. Para proceder a essa análise, discute-se, brevemente, a origem e a história da constituição da tradição dos estudos gramaticais, de modo que se observa o desenvolvimento de uma cultura impressa (gramáticas, manuais didáticos, livretos, apostilas de cursinho) que favoreceu o processo de transformação de uso inicial do texto literário como exemplo da língua padrão, por meio dos grandes clássicos, para seu uso como pretexto para abordagem de tópicos da gramática normativa., atualmente, foco de discussão no processo de ensino e aprendizagem, em especial nas aulas de língua portuguesa.

No bojo dessas reflexões, é fundamental analisar como a escolarização da leitura e da escrita e a abordagem dos conteúdos linguísticos têm incorporado o uso das mídias digitais, de forma a promover o desenvolvimento de habilidades de leitura e de escrita e de competências comunicativas, na perspectiva dos multiletramentos.

Nesse contexto, coleções de língua portuguesa referentes ao Ensino Fundamental II, divulgando material referente ao Programa Nacional do Livro Didático 2014, integraram, ao manual impresso, um DVD. Nesse recurso, foram disponibilizados objetos educacionais digitais (jogos, animações, infográficos) em que se abordam a leitura e tópicos gramaticais, de forma que seja necessário, diante da importância do acesso às novas

tecnologias digitais da informação e da comunicação, analisar as implicações do uso desses recursos para o processo de ensino e aprendizagem, examinando, no nosso caso, como esses conteúdos digitais têm abordado conteúdos linguístico-gramaticais.

Para procedermos a essa análise, discutimos brevemente a origem e a história da constituição da tradição dos estudos gramaticais. Observamos o desenvolvimento de uma cultura impressa (gramáticas, manuais didáticos, paradidáticos, colunas em jornais, livretos, apostilas de cursinhos) que favoreceu o processo de transformação de uso inicial do texto literário como exemplar da língua padrão, por meio dos grandes clássicos, para seu uso como pretexto para abordagem de tópicos da gramática normativa.

Essa cultura impressa, por seu caráter ideológico, acabou por influenciar, também, a produção de conteúdos digitais de coleções didáticas. Com isso, esses conteúdos revestiram de modernidade e de tecnologia as práticas tradicionais de abordagem de tópicos da gramática normativa, não considerando, conseqüentemente, a singularidade da linguagem literária.

Diante disso, objetivamos analisar atividades de dois conteúdos digitais que abordam tópicos da gramática normativa por meio do texto literário, procurando compreender que relações são estabelecidas entre o texto literário e os recursos tecnológicos. Para tanto, partimos da seguinte questão: Que abordagem da língua é promovida nos dois conteúdos digitais das coleções didáticas? Em decorrência desse questionamento, torna-se importante refletir se uma cultura impressa de abordagem do texto literário como pretexto para abordagem de tópicos gramaticais estaria influenciando o surgimento de uma cultura digital que desenvolve esse mesmo tipo de análise.

## 2 A CONSTITUIÇÃO DE UMA TRADIÇÃO GRAMATICAL NORMATIVA

Analisar o uso do texto literário como pretexto para a abordagem de tópicos da norma-padrão nos remonta à constituição de uma tradição gramatical. Os gregos alexandrinos, ao empreender estudo criterioso das produções literárias dos autores consagrados do passado, desenvolveram descrições sobre a língua, abordando a métrica, a ortografia e a pronúncia, promovendo o estudo das palavras por meio de classes (nomes, verbos etc.), analisando a estrutura sintática da oração (sujeito, predicado etc.) e o uso das figuras de linguagem (FARACO, 2008).

Com isso, iniciava-se a codificação da gramática ocidental, em um período em que a língua grega, segundo Neves (2002), ameaçada pelos falares “bárbaros”, “corrompidos”, isto é, não-gregos, acabou por conduzir a um processo de elaboração de lições gramaticais. Isso porque, conforme Faraco (2008), o grego clássico dos autores consagrados era diferente do grego falado pelos alexandrinos, que também percebiam as diferenças entre os dialetos de seu tempo e a chamada *koiné*, dialeto ártico tornado língua comum na expansão do império de Alexandre Magno.

Consequentemente, diante de tamanha diversidade, os alexandrinos se esforçaram por estabelecer e cultivar um ideal de língua, um modelo a ser considerado como correto. Devido à dimensão do império grego em formação, tornou-se necessário normatizar a língua, buscando um padrão uniforme e homogêneo que, diante das diferenças regionais e sociais, pudesse se transformar em meio de unificação política e cultural (BAGNO, 2007). Dessa forma,

[...] comprometidas com a existência de uma língua comum (*koiné*) que se distribuiu por todas as cidades, as noções gramaticais que se codificam associam-se à noção de norma. Levam-se os quadros de flexão

como paradigmas e, paralelamente, levantam-se os desvios e irregularidades que o uso determinou (NEVES, 2002, p. 44).

Os filólogos alexandrinos, assim, descreviam as regras gramaticais que os autores clássicos empregavam, para que servissem de modelo para aqueles que fossem escrever obras literárias ou se expressar socialmente na língua grega (BAGNO, 2007). Com isso, a partir da exposição e, conseqüentemente, imposição de padrões, a disciplina gramatical se constituía, em uma base normativa, alicerçada no modelo da arte de bem-dizer, seja na prosa, seja na poesia (NEVES, 2002), fazendo com que cada entidade apresentada fosse seguida de um exemplo, que se tornava um parâmetro a ser seguido.

Esses exemplos ou modelos a serem seguidos acabam sendo retirados dos textos dos grandes escritores, como Homero, de forma que, por meio da explicitação de determinado padrão de uso, se almejasse a conservação ou pureza da língua, para que os cânones do grego clássico se perpetuassem. Tentava-se, desse modo, evitar a “barbarização” da língua, constituindo-se, para tanto, instrumentos que pudessem materializar esse propósito, podendo-se citar, como exemplo, a *Téchnegrammatiké*, de Dionísio, o Trácio, codificada entre o final do século II e o início do século I a. C. e considerada a primeira gramática produzida, conforme a Figura 1<sup>1</sup>:

<sup>1</sup> Em tradução de Chapanski (2003, p. 21): “1 DA GRAMÁTICA Gramática é o conhecimento empírico do comumente dito &lt;nas obras&gt; dos poetas e prosadores. Suas partes são seis: 1. a primeira é a leitura treinada, que respeite a prosódia; 2. a segunda é a exegese dos tropos poéticos existentes; 3. a terceira é a pronta restituição do sentido das palavras estranhas e das estórias; 4. a quarta é a descoberta da etimologia; 5. a quinta, o cálculo da analogia; 6. a sexta é a crítica dos poemas, que é a mais bela das partes da arte”.

Figura 1: Trecho da *Téchne grammatiké*, de Dionísio Trácio

1 ΠΕΡΙ ΓΡΑΜΜΑΤΙΚῆΣ  
 Γραμματικὴ ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεύσιν  
 ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων. Μέρη δὲ αὐτῆς ἐστὶν ἕξ·  
 πρῶτον ἀνάγνωσις ἐντριβῆς κατὰ προσῳδίαν,  
 δεύτερον ἐξηγήσις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικοὺς τρόπους,  
 τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις,  
 τέταρτον ἐτυμολογίας εὕρεσις,  
 πέμπτον ἀναλογίας ἐκλογισμὸς,  
 ἕκτον κρίσις ποιημάτων, ὃ δὴ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ.

Fonte: Chapanski (2003, p. 21).

Dionísio, tendo como objeto a língua escrita exemplar, isto é, a língua literária, perseguia dois objetivos: fazer uma descrição da língua e, ao fazer isso, delinear um modelo que fosse seguido por aqueles que escreviam (FARACO, 2008). Com esses propósitos, percebemos, no trecho reproduzido na Figura 1, a vinculação de gramática ao conhecimento materializado por meio dos textos literários.

Consequentemente, era necessário proceder à constituição de modelos a

serem transmitidos, conservando, para tanto, os padrões estabelecidos nas grandes obras, garantindo-se, dessa forma, a memória de um grande passado, nesse processo de codificação da gramática grega, que ocorria em um período de conflito de culturas e de sobreposição de uma em relação à outra (NEVES, 2009).

O texto literário, assim, é usado para as abonações da gramática, como na *Téchnegrammatiké*, que reproduzimos na Figura 2:

Figura 2 – Texto literário usado para abonar regra gramatical na *Téchnegrammatiké*, de Dionísio Trácio<sup>2</sup>

6 ΠΕΡΙ ΣΤΟΙΧΕΙΟΥ  
 Γράμματά ἐστιν εἰκοσιτέσσαρα ἀπὸ τοῦ α μέχρι τοῦ ω. γράμματα  
 δὲ λέγεται διὰ τὸ γραμμαῖς καὶ ξυσμαῖς τυποῦσθαι·  
 γράψαι γὰρ τὸ ξῦσαι παρὰ τοῖς παλαιοῖς, ὡς καὶ παρ' Ὀμήρῳ  
 «Νῦν δέ μ' ἐπιγράψας ταρσὸν ποδὸς εὔχεαι αὐτῶς» <Λ `388>.

Fonte: Chapanski (2003, p. 22).

<sup>2</sup> Em tradução de Chapanski (2003, p. 22): “6 DO ELEMENTO SEQUENCIADO Há 24 letras do alfa (α) ao ômega (ω) Diz-se delas ‘letras’, porque são formadas por traços desenhados e traços sulcados, arranhados, pois grafar era o mesmo que arranhar para o antiro, como <se percebe> em Homero (II, XI. 388): ‘Agora, tendo me riscado (epigrápsas) a sola do pé, tu te glorias’”.



No trecho que reproduzimos na Figura 3, Varrão discute o uso do vocábulo “nihilum”, citando, como exemplos, versos retirados de poemas, sendo um deles de Plauto. Assim como ocorreu para o grego, o uso do texto literário para abonar as regras gramaticais foi se consolidando no latim.

Séculos mais tarde, com a constituição dos Estados Centrais Modernos, nos fins do séc. XV e no começo do séc. XVI, torna-se essencial padronizar a língua, para servir de elo entre o poder central e os cidadãos. Se o período feudal, por seu perfil descentralizado, economia predominantemente agrária e comunicação basicamente regional, favoreceu a uma diversificação linguística, nas novas nações, por sua vez, a unificação e a centralização política acabaram por ter efeito centrípeto sobre a língua, de forma a fazer emergir um projeto padronizador diante da diversidade linguística regional e social (FARACO, 2008).

Surgia, então, após a seleção de uma das variedades ou de uma das línguas para se tornar “o modelo a ser seguido”, a necessidade de conferir a esse modelo o *status* de oficial, literário, veículo da ciência, instrumento de ensino, enfim, uma língua institucionalizada (BAGNO, 2007). Daí, o surgimento de uma ortografia oficial, de gramáticas, de dicionários e de instituições (escolas e academias) que possam divulgar e preservar essa língua.

Dessa forma, os dicionários e as gramáticas, para além da simples descrição ou registro, se tornaram “instrumentos de fixação de um padrão a ser tomado como regulador (normatizador) do comportamento dos falantes, visando alcançar uma ‘língua’ para o Estado

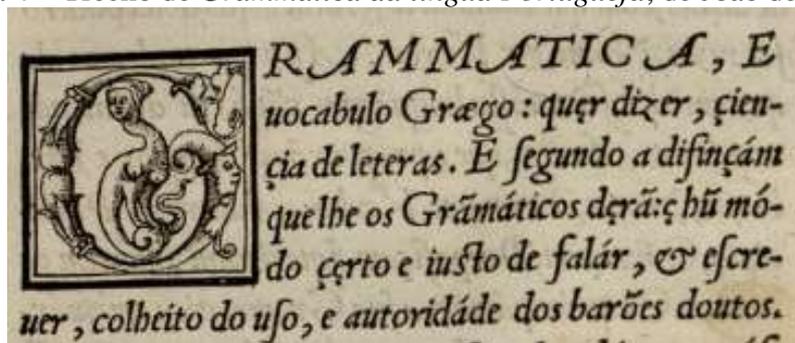
Centralizado” (FARACO, 2008, p. 76). Nesse cenário, os gramáticos tinham como parâmetro para a descrição das línguas vernáculas as definições e os conceitos aplicados ao grego e, sobretudo, ao latim, espelhando-se nas gramáticas do latim clássico para a elaboração das gramáticas das línguas nacionais, processo esse que acabou sendo chamado de “relatinização” (BAGNO, 2001; 2007).

Constituiu-se, aí, o que chamamos hoje de “norma-padrão”, que, na Europa Latina, reforçou a ideia de que o modelo de correção estaria nos grandes escritores do passado, uma vez que as línguas modernas ainda não haviam conferido consagração suficiente a seus escritores, de forma que os escritores romanos eram tomados como referência (FARACO, 2008). Com isso, essa norma se constituía por um caráter muito conservador, pois se tornava um modelo de língua que se identificava com a fala mais monitorada aristocrática, e a escrita acabava se voltando para um passado bem distante.

Em relação à língua portuguesa, são produzidos os primeiros instrumentos normativos: *Grammatica da lingoagemportuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira; *Grammatica da linguaPortuguesa* (1540), de João de Barros; *Regras que ensinam a maneira de escreuer a orthographia da lingua portuguesa: com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574), de Pero de Magalhães de Gândavo; e *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão.

Em *Grammatica da linguaPortuguesa* (1540), João de Barros afirma que:

Figura 4 – Trecho de *Grammatica da lingua Portugueſa*, de João de Barros



Fonte: Coleção de Gramáticas – Instituto de Estudos Linguísticos da Unicamp (2015).

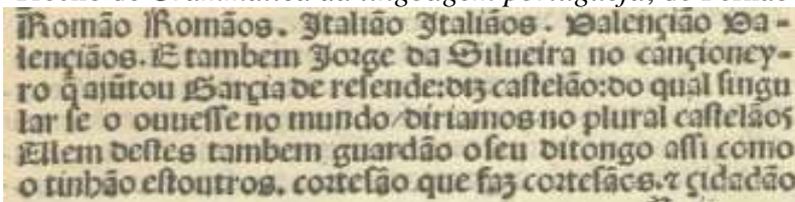
Percebemos, nessa postulação, que o autor tanto recupera a tradição dos alexandrinos, ao apontar para “um modo certo e justo de falar”, quanto parece fazer menção, por meio de “barões doutos”, à ideologia romana, no período de incorporação da Grécia e de Alexandria, pois o termo “culto”, nesse período, conforme Faraco (2008), era um atributo quase exclusivo dos homens, tornando-se a gramática um assunto para a elite masculina.

João de Barros (1540), afirmando sua filiação à gramática latina, postula que, assim como esta, a sua gramática será composta por quatro partes: “Ortografia, que trata de letera, em Profodia, que trata

de ſyllaba, em Etimologia, que trata da diçãm e em Syntaxis, a que reſpõde a cõſtruçã, á imitação dos quães, (por termos as ſuaſpãrtes,) dividimos a nõſa Grãmatica”. O autor apresenta uma justificativa: “uſando os termos da Grãmatica latina cuios filhos nõs ſomos, por namdenegerardella”.

Fernão de Oliveira, em sua *Grammatica da lingoagem portugueſa* (1536), assim como ocorreu nas gramáticas gregas e latinas, utiliza o texto literário para exemplificar os postulados gramaticais, citando, no trecho que reproduzimos na Figura 5, uso de vocábulo por Jorge da Silveira:

Figura 5 – Trecho de *Grammatica da lingoagem portugueſa*, de Fernão de Oliveira



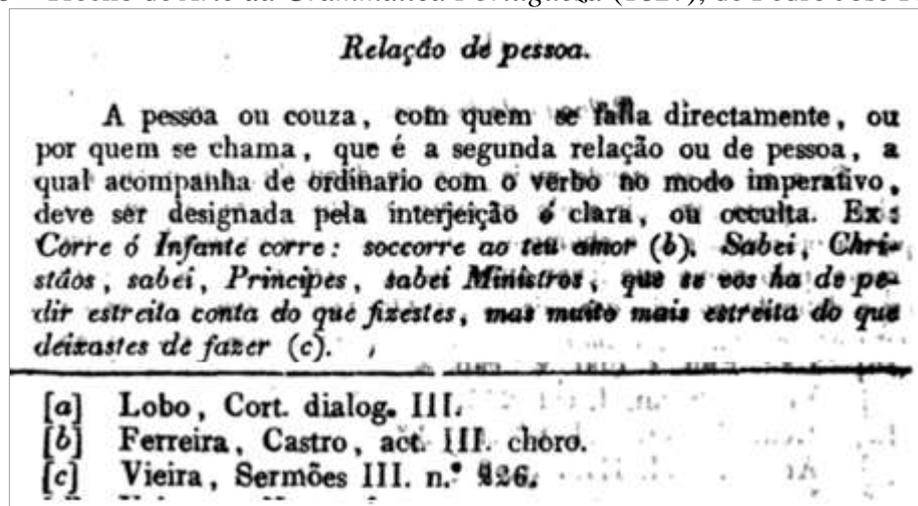
Fonte: Coleção de Gramáticas – Instituto de Estudos Linguísticos da Unicamp (2015).

Essa tradição se estenderia às outras gramáticas da língua portuguesa, como, por exemplo, em *Arte da Grammatica Portugueza* (1827), de Pedro José Figueiredo, que, em discussão da relação de pessoa, cita trecho, por exemplo, dos Sermões de Padre Vieira<sup>4</sup>:

<sup>4</sup>Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=YgsJAAAA>

QAAJ&pg=PP3&lp=PP3&dq=arte+da+grammatica+portugueza&source=bl&ots=\_8uy9daNnx&sig=\_rjuWMEJ9\_yO0Yu45N\_tO5Rs2gw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiMm4SdpprLAhWEIZAKHdTDAkoQ6AEI MTAD#v=onepage&q=arte%20da%20grammatica%20portugueza&f=false. Acesso em: 28 fev. 2016.

Figura 6 – Trecho de *Arte da Grammatica Portugueza* (1827), de Pedro José Figueiredo



Fonte: Google Books (2016).

Podemos perceber, assim, como foi construído, dentro de um projeto padronizador, o processo de elaboração de uma “língua modelar”<sup>5</sup>. Esse processo partiu de um estudo descritivo criterioso dos usos linguísticos nos textos dos clássicos gregos para uma etapa de normatização desses usos. Depois do Grego, o processo se prolongou na construção das gramáticas do Latim e, finalmente, nos instrumentos normativos da Língua Portuguesa. Essa ideologia normativista chega ao Brasil, mantendo-se viva ainda nos dias atuais, conforme abordamos a seguir.

### 3 CULTURA DO IMPRESSO NO DIGITAL: PROCESSOS CONSTITUTIVOS DA NORMA-PADRÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E O USO DO TEXTO LITERÁRIO COMO MODELO DAS PRESCRIÇÕES

Com a colonização das terras brasileiras, esse projeto padronizador terá, também, seus (danosos) efeitos. A começar

pela prática de ensino adotada pelos jesuítas, que se baseavam no modelo medieval, normativo. Esse modelo, que partia primeiramente do estudo gramatical, se pautava num ensino de língua artificial do latim, pois já se formavam os vernáculos românicos resultantes dos contatos dos dialetos latinos com as línguas germânicas dos invasores, durante o período da desintegração de Roma. Assim, o estudo da gramática, em vez de contribuir para o aperfeiçoamento da língua materna, se tornava instrumento para se conhecer o latim, que já não possuía falantes nativos (FARACO, 2008).

Depois, no séc. XIX, após da “Independência”, o “padrão” que foi construído por uma elite letrada não tomou por referência a língua que se usava no Brasil, mas um padrão lusitano de escrita, tendo por base escritores portugueses do romantismo. Conforme Faraco (2008), por trás da atitude conservadora dessa elite letrada, somando-se à tradição normativa dos países de língua de origem latina, havia o desejo de construir um país europeizado e branco e, conseqüentemente, em relação à língua, tornava-se necessário reagir a qualquer uso que se diferenciasse do modelo linguístico lusitano adotado como padrão para a fala e a escrita, cabendo combater, assim, as variedades do português popular.

<sup>5</sup> E, conseqüentemente, de exclusão de variedades da língua, em um complexo jogo de interesses políticos, sociais, culturais, na construção da ideologia da norma-padrão e na disseminação do preconceito linguístico e social.

Com a criação, pelo Colégio Pedro II, da primeira cátedra de Língua Portuguesa, em 1871, não só foram elaboradas diretrizes para o ensino, mas também foram elaboradas gramáticas escolares, contribuindo para a disseminação e a consolidação da atitude normativista (FARACO, 2008). Posteriormente, a voz conservadora se reforçaria com a criação da Academia Brasileira de Letras (em 1896), que, para Bagno (2011), perpetua até hoje o espírito “defesa da língua” (da norma-padrão lusitanizada), e a instituição, da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) (em 1959), que, segundo Neves (2009), acabou por influenciar a produção das gramáticas, que, com exceções, acabariam por reproduzir, ao modo da *Téchnegrammatiké*, a apresentação de paradigmas, agora sob as orientações da NBG.

Embora esse projeto padronizador<sup>6</sup> não tenha atingido seu objetivo, por sua artificialidade, é de se notar que a ideologia da norma-padrão se disseminou, tornando-se presente, ainda hoje, em materiais didáticos (livros, DVD), gramáticas, *sites*, colunas de jornal e revista. O “dogma da frase autossuficiente”, dotado de sentido próprio e que, por isso, dispensa uma análise do contexto, conforme Bagno (2011), depois de ser cristalizado pelos romanos na elaboração das gramáticas latinas, acaba por se instaurar, também, nas gramáticas brasileiras de configuração tradicional, herdeiras da tradição greco-latina. Podemos citar, por exemplo, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*

(1995), de Celso Cunha e Lindrey Cintra, segundo a qual “Frase é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação” e a *Moderna gramática portuguesa* (1999), de Evanildo Bechara, que afirma que a “sentença, pela sua estrutura, representa o objeto mais propício à análise gramatical”.

Com isso, assim como ocorreu para o grego e, posteriormente, para o latim, o texto literário, novamente, foi tomado como abonação das regras (im)postas pelos instrumentos normativos. Podemos citar, como exemplo, a discussão sobre as expressões “à uma hora” e “a uma hora”, cujas abonações são retiradas de textos literários, conforme expomos na Figura 7:

---

<sup>6</sup> Cabe reconhecer, conforme Faraco (2008), que a resistência e a crítica a esse projeto, por outro lado, contribuíram para que houvesse, por parte dos melhores gramáticos da segunda metade do séc. XX, certa flexibilização dos juízos normativos. Além disso, não podemos nos esquecer dos embates, à época, entre os defensores do “dialeto brasileiro” e os puristas e, ainda hoje, das importantes discussões e contribuições das pesquisas linguísticas desenvolvidas sobretudo a partir da década de 70.

Figura 7 – Abonação de regra por meio do texto literário

à uma hora, a uma hora. 1. Não se usa artigo antes do numeral *uma*: Ela nos preparou o almoço para *uma* hora e meia da tarde. / “Depois fez a estatística da Rua do Ouvidor, na véspera, entre *uma* e quatro horas da tarde.” (Machado de Assis, *Os 30 melhores contos*, p. 351) / “Por volta de *uma* hora caiu vento, que foi refrescando até às 6 da tarde.” (Gonçalves Dias, *apud* Manuel Bandeira, *Gonçalves Dias*, p. 180) / “Eles servem o almoço até *uma* hora e meia.” (Orígenes Lessa, *Balbino, o homem do mar*, p. 59) /

Fonte: Dicionário de dificuldades da língua portuguesa (2007, p. 56).

Percebemos, para a abonação da regra gramatical de que “não se usa artigo antes do numeral *uma*”, a citação de trechos das obras de Machado de Assis, Gonçalves Dias e Orígenes Lessa. O texto literário, assim, é o meio para justificar os usos que são normatizados nos compêndios e manuais gramaticais.

É de se notar que, para além da descrição do uso e sua imposição como regra, dois outros fatores resultaram dessa

ideologia da norma-padrão: (1) a discriminação de usos que não fossem aqueles indicados pelas postulações gramaticais, resultando no preconceito linguístico e, conseqüentemente, social dos falantes; (2) o uso do texto literário para se ensinar tópicos da gramática normativa, em detrimento do estético, da singularidade discursiva, linguística e cultural dos textos literários. Podemos citar, como exemplo:

Figura 8 – *A palavra é sua* (livro didático, 1994), de Celso Pedro Luft

3. Copie os adjuntos adverbiais no caderno e classifique-os:

Uma flor nasceu na rua. *lugar*

Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego. *lugar*

Uma flor ainda desbotada *tempo*

ilude a polícia, rompe o asfalto.

Façam completo silêncio, paralise os negócios, garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe. *negação*

Suas pétalas não se abrem. *negação*

Seu nome não está nos livros. *negação/lugar*

É feia. Mas é realmente uma flor. *afirmação*

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde *lugar/tempo*

e lentamente passo a mão nessa forma insegura. *modo/lugar*

Do lado das montanhas, nuvens macias avolumam-se. *lugar*

Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico. *lugar*

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade

Fonte: Manual Didático “A palavra é sua” (1994).

Nessa atividade que retratamos na Figura 8, o poema de Carlos Drummond de Andrade é pretexto para o estudo do tópico

gramatical “adjuntos adverbiais”. O exercício consiste em transcrever, do texto, os adjuntos adverbiais e classificá-los, em

vez de propor, ao se fazer isso, a discussão da função desses adjuntos na construção de sentido do poema.

Assim, a tradição de se usar o texto literário como pretexto para a abordagem de tópicos gramaticais se constituiu na

cultura impressa, fato que se estenderia ao contexto digital, como pode ser observado nas Figuras de 9 a 10, que reproduzem dois conteúdos de DVD de duas coleções didáticas:

Figura 9 – Coleção *Velear Português 7º Ano* (2014)

**DESAFIO DA AVENTUREIRA**

Iniciar Instruções

Leia o poema de Mario Quintana, observando o uso dos verbos. A partir de sua análise, clique na resposta correta. Assim, você poderá ajudar a Aventureira a atravessar a lagoa sem que ela caia e se molhe toda.

**O Vento e eu**

O vento morria de tédio  
Porque apenas gostava de cantar  
Mas não tinha letra alguma para a sua própria voz,  
cada vez mais vazia...

Tentai então compartilhar uma canção  
Tão comprida como a minha vida  
E com aventuras espantosas que eu inventava de súbito,  
Como aquela em que menino eu fui roubado pelos ciganos  
E fiquei vagando sem pátria, sem família, sem nada neste vasto mundo ...  
Mas o vento, por isso  
Me julga agora como ele...  
E me dedica um amor solidário,  
profundo!

[Mário Quintana; *Velório sem defunto*, 1990]

Iniciar

verbo transitivo. objeto direto. objeto indireto. adjunto adverbial.

Tempo 6

Em "gostava de cantar", o termo "de cantar" cumpre a função de:

Acertos 1  
Erros 0

Fonte: DVD da Coleção *Velear* (EDITORA ÁTICA, 2014).

Como podemos observar, a partir do poema “O Vento e eu”, de Mário Quintana, o aluno, em um ambiente de um jogo, é orientado a analisar a função

sintática do termo destacado do poema, e não a analisar a singularidade constitutiva textual. Outro exemplo de atividades desse tipo é o seguinte:

Figura 10 – *Coleção Teláris Português 9º ANO (2014)*



Fonte: DVD da Coleção Teláris (EDITORA ÁTICA, 2014).

Podemos observar que, em vez de, por exemplo, analisar o contexto de produção do romance, as marcas linguísticas e os efeitos de sentido construídos, a relação entre tempo e espaço, a construção dos personagens e os tipos representados, a atividade seleciona frases do romance “Dom Casmurro”, de Machado de Assis, e propõe que o aluno-jogador faça uma classificação sintática delas, sem se considerar o contexto em que foram utilizadas. O exercício, assim, se restringe a uma análise da estrutura frasal, não se levando em conta seu funcionamento textual-discursivo.

Configura-se, assim, outro entendimento do que seja “gramática” e, conseqüentemente, a forma de se abordá-la, pois o que se observa, nos exemplos que discutimos nas Figuras 9 e 10, é que a gramática

[...] que, para a educação antiga e medieval, tinha se tornado um meio, um instrumento para fins maiores – a comunicação eficaz, a estética do falar, a estilística do texto escrito, a arte de seduzir e persuadir, de argumentar e contra-argumentar, de defender ou refutar teses etc. –, se transformou num fim de si mesma, um conjunto de saberes mecânicos, áridos, sem nenhuma aplicação prática na vida dos indivíduos que não compreendem o que está em jogo naquelas regras (BAGNO, 2011, p. 428).

Assim, mesmo com caráter normativo, o estudo das línguas por gregos e romanos focalizava, sobretudo, o domínio de determinadas habilidades em relação à fala e à escrita, de forma que a gramática se subordinava a esse objetivo, devendo, para tanto, contribuir para o desenvolvimento dessas habilidades. Não se constituía uma matéria que se esgotava em si mesma, mas um modo de refletir acerca da língua e de padrões de correção sobre a melhor maneira de falar e escrever (FARACO, 2008).

Observamos, diante disso, que, se, antes, a tradição, pelas condições histórico-materiais de cada período em que se foi

constituindo, desenvolveu uma cultura impressa de uso de frases isoladas para análise gramatical, do uso do texto literário como modelo de língua a ser seguido ou do uso desse texto para exercícios de classificação de palavras e de funções sintáticas, agora, esse mesmo processo se revestiu de modernidade e de tecnologia, em que a leitura não é considerada como um processo cognitivo, fato histórico-cultural e experiência subjetiva.

Em consequência, não se abordam as funções da escrita, os valores a ela associados, as formas de existência e de circulação social dos textos, os efeitos de sentido decorrentes dessas condições (RANGEL, 2003), e não se apreende a singularidade discursiva, linguística e cultural, não havendo um processo de motivação, introdução, leitura e interpretação do texto literário (COSSON, 2007).

Além disso, há de se considerar, como bem nos alerta Neves (2009, p. 21), baseando-se em Rodrigues (1968) e Houaiss (1960), que a vinculação entre

[...] boa linguagem e literatura não passa pelo crivo de uma avaliação bem sustentada, nem se a base do julgamento for a ‘vernaculidade’ (impalpável) das obras literárias, nem a base do julgamento for a obediência da ‘criação literária viva’ à ‘disciplina gramatical canônica’, que caracteriza a linguagem dessa criação.

Não faz sentido, portanto, que o texto literário, por suas particularidades e peculiaridades, dentro de um específico espaço de atuação linguística e sociocultural, seja a (única) fonte para um processo (relativo) de padronização. Conforme Bagno (2009, p. 52),

[...] a literatura não é um uso “normal” da língua – é um uso muito específico, com finalidades estéticas, criativas, vinculadas ao projeto pessoal do autor. Por isso, não tem cabimento querer regulamentar usos falados e escritos dos cidadãos comuns com base nas opções pessoais, particulares, dos grandes

escritos, por mais brilhantes que sejam. O cidadão comum quer se capaz de falar e de escrever para satisfazer suas necessidades de comunicação e interação, e não para, todo momento, produzir alta literatura.

Além disso, é necessário perceber, a partir de Neves (2009), que o contexto em que se organizam os manuais de gramática (e apostilas, livros didáticos, guias práticos, “consultórios gramaticais”...) é diferente daquele em que se instituiu uma tradição gramatical: não há uma literatura brasileira ou até mesmo uma “cultura brasileira” em ameaça, como a língua grega em relação aos falares “bárbaros”; não há língua em extinção, isto é, a língua portuguesa falada no Brasil não corre esse risco.

Cabe, ainda, compreendermos que, diante de diretrizes oficiais de ensino como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998)<sup>7</sup> e das discussões promovidas pela ciência linguística, é necessário promover uma abordagem de língua que supere o limite da frase e passe para a análise do texto e suas condições de produção, os efeitos de sentido, as intenções discursivas, entre outras. É essencial, também, que esse trabalho considere tanto o texto literário quanto os mais variados gêneros discursivos que circulam na sociedade. Finalmente, é importante uma prática que não priorize somente a escrita, mas também que aborde, em sala de aula, a oralidade.

É fundamental, assim, perceber que a língua é como um conjunto de práticas interativas, sociais e cognitivas situadas historicamente, cujo funcionamento “se dá em textos e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam socialmente” (MARCUSCHI, 2008, p. 22).

Como os textos são percebidos como atividade social dotada de um propósito comunicativo que se estabelece numa rede dialógica e por meio do uso de diversos gêneros textuais “determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados disponíveis na cultura, sendo caracterizados por três elementos: conteúdo temático, construção composicional e estilo” (BRASIL, 1998, p. 21), a sua abordagem, em sala de aula, para ser bem sucedida, deveria levar em conta esses aspectos.

Diante disso, os dois objetos das coleções didáticas que analisamos, denominados como “digitais”, precisam, de fato, se valer das tecnologias na promoção dos letramentos digitais, de forma a contribuir para o desenvolvimento ou o aprimoramento de habilidades e competências linguístico-comunicativas, em atividades contextualizadas de leitura, de escrita e de uso da linguagem.

## 6 CONCLUSÕES

Objetivamos, neste trabalho, delinear um percurso da constituição da “norma-padrão”, desde a codificação da gramática grega, passando pela latina, até às gramáticas e instrumentos normativos da língua portuguesa, estabelecendo uma comparação entre alguns exemplos de uma tradição impressa e de uma “cultura digital” ainda em processo de constituição.

Podemos, analisando a abordagem de tópicos gramaticais por meio do texto literário nos casos que foram discutidos nas Figuras 9 e 10, enquadrar os dois conteúdos (pretensamente) digitais como instrumentos da “cultura digital” que reiteram práticas da cultura impressa. Sendo assim eles não se constituem recursos tecnológicos que promovam ou determinam novas práticas discursivas por meio da tecnologia, mas, ao contrário disso, reproduzem práticas já estabilizadas em outro suporte, em um processo que reveste práticas tradicionais normativistas

<sup>7</sup> Os objetos digitais em análise foram produzidos antes da instituição da Base Nacional Comum Curricular e, por isso, a discussão se baseia nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

com aparatos tecnológicos que intencionam ser modernos e interativos.

A análise feita neste trabalho partiu do pressuposto de que o texto literário, em sala de aula, precisa ser explorado na singularidade que o caracteriza. Nessa prática, os recursos linguísticos, para além de uma abordagem mecânica de conteúdos da gramática normativa, precisam ser compreendidos em sua importância nos processos criativos e estéticos, no envolvimento do leitor, nos jogos com a linguagem, na recriação da realidade, nos procedimentos metafóricos e figurativos do texto.

Assim, é interessante que os conteúdos digitais promovam uma abordagem do texto literário que possibilite ao aluno-leitor ter acesso ao autor e à obra, que desenvolva a apreensão da singularidade discursiva, linguística e

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa** – 3º. e 4º. ciclos. Brasília: MEC, 1998.
- BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2007.
- cultural do texto, que proponha uma análise dos “modos de dizer”, que instigue o aluno a fazer apreciação estética e afetiva, que, enfim, possa se constituir em um encontro significativo com a obra literária, contribuindo, então, para a formação do leitor de literatura, transformando-se, pois, em novo espaço para o texto literário no ambiente digital.
- Ademais, é interessante que os usos e as variedades que caracterizam a língua portuguesa falada no Brasil sejam explorados e analisados nos mais variados gêneros textuais, percebendo, aí, as implicações dos usos, os efeitos de sentidos decorrentes das escolhas lexicais, morfológicas, sintáticas, semânticas, em um processo que contribua para a formação cultural do aluno e que o leve a um uso da linguagem coerente aos mais variados contextos comunicativos.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Heranças: a gramática. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua Portuguesa:** uma visão em mosaico. São Paulo: IP – PUC-SP/EDUC, 2002, p. 43-52.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** São Paulo: Contexto, 2009.
- RANGEL, Egon de Oliveira. Letramento literário e o livro didático de língua portuguesa: “os amores difíceis”. In: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (org.). **Literatura e letramento:** espaços, suportes e interfaces – o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FaE/UFMG, 2003, p. 127-145.